



**Marisa Mirador**  
Serra Lopes, Cortes  
Martins // Advogados  
[mam@slcm.pt](mailto:mam@slcm.pt)

**Na nossa  
opinião, o  
regime jurídico  
acomoda uma  
interpretação  
segundo a qual  
podem ser  
instalados PC  
de acesso priva-  
tivo em locais  
privados  
acessíveis ao  
público**

# Podem ser instalados pontos de carregamento de veículos elétricos de acesso privativo em local privado acessível ao público?

O regime jurídico da mobilidade elétrica, aprovado em 2010 e revisto pelo Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de junho, assenta a infraestrutura de carregamento de baterias de veículos elétricos na dicotomia entre pontos de carregamento (PC) de acesso público – acessíveis a qualquer utilizador de veículos elétricos – e pontos de carregamento de acesso privativo – acessíveis a um utilizador (uso exclusivo) ou a alguns utilizadores (uso partilhado).

São de acesso público, diz-nos o diploma, os PC instalados num local do domínio público com acesso a uma via pública ou equiparada ou em local privado que permita o acesso do público em geral (por exemplo, parques de estacionamento de centros comerciais, hotéis e restaurantes e parques de estacionamento privados de acesso público) e são de acesso privativo os PC instalados em locais de acesso privado.

Aquele binómio tem importantes consequências: os PC de acesso público são instalados e explorados por operadores de pontos de carregamento devidamente licenciados e estão obrigatoriamente ligados à rede nacional de mobilidade elétrica MOBI.E; ao passo que a instalação e exploração dos PC de acesso privativo pode ficar a cargo dos próprios detentores, a qualquer título, do local de instalação do PC, sem obrigatoriedade de ligação à rede MOBI.E, embora se preveja essa opção.

Ínsitas no modelo desenhado pelo legislador estão a ideia de que os PC de acesso privativo seriam essencialmente os instalados em edifícios de habitação e de escritórios para utilização doméstica e a exigência de serem acessíveis a qualquer utilizador os PC instalados em domínio público ou em locais privados acessíveis ao público em geral, mais vinculada no primeiro caso.

Não obstante, em nossa opinião, o regime jurídico acomoda uma interpretação segundo a qual podem ser instalados PC de acesso privativo em locais privados acessíveis ao público. Com efeito, sendo os PC de acesso privativo definidos como aqueles “instalados em locais de acesso privado”, nada parece obstar a que em locais objeto de propriedade privada acessíveis ao público sejam delimitadas áreas para carregamento de baterias de veículos elétricos não acessíveis aos utilizadores de veículos elétricos em geral, mas apenas a um determinado grupo de utilizadores (por exemplo, utilizadores de veículos de uma certa marca ou titulares de um protocolo com a empresa x), nomeadamente através de adequada sinalização e da colocação de barreiras físicas ao acesso/instalação de mecanismos de autenticação.

Esta interpretação, possibilitando às empresas dos mais diversos setores (com enfoque para retalho, turismo e lazer, automóvel e serviços de partilha de veículos) oferecer um serviço de mobilidade elétrica aos seus clientes, contribui para o desenvolvimento da rede não pública de carregamento, dando resposta à crescente necessidade de PC e incentivando a própria aquisição de veículos elétricos. Está, assim, em linha com a Diretiva 2014/94/EU, de 22 de outubro, relativa à criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos – ainda não integralmente transposta pelo Estado Português – que estabelece como meta de referência até final de 2020 a instalação de 1 PC por cada 10 automóveis elétricos e determina que seja encorajada e facilitada a implantação de PC não acessíveis ao público.

NOTA: O CONSTRUIR manteve a grafia original do artigo